

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 52ª Reunião do GT-Mananciais

Grupo de Trabalho:	Mananciais (CT-RN e CT-Rural)
Reunião:	52ª Reunião do GT-Mananciais
Data:	02/07/2021 – 09h00 às 12h00
Local:	Videoconferência (link: http://meet.google.com/bjq-qrfd-ftj)
Assunto(s) em discussão:	<i>Nesta reunião, foi apresentado e discutido sobre o andamento dos trabalhos de elaboração do Plano de Macrodrenagem do Rio Jundiá que está sendo executado por empresa contratada e supervisionada pela Agência PCJ. Este grupo conta com representantes do GT-Mananciais que tem buscado inserir ações de infraestrutura natural como medidas de melhorias na macrodrenagem da bacia. Foi discutido também a situação de como se encontra os editais de 2021 da Política de Mananciais e os próximos passos.</i>
Pauta:	Pauta: (1) Abertura (9 h): Henrique Bellinaso / CDRS – coordenador do GT-Mananciais (2) Secretaria / Informes: João Demarchi / IZ SAA – secretário GT-Mananciais Aprovação da minuta da memória técnica da 51ª Reunião Ordinária Informes: a) Artigo da Política de Mananciais/PSA para o XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (versão final enviada); b) GT-Saneamento Rural – Editais: situação atual; c) III Sustentare e VI WIPIS – 16 a 18 de novembro de 2021 (GT-Indicadores); d) VI Workshop de Águas Subterrâneas – Recarga dos Aquíferos (CT-AS + GT-Mananciais / CTRN e CT-Rural) – 6,13, 20 e 27 de outubro de 2021; e) GT-Áreas Protegidas – Programas III e IV (TR-PMMA e RAP-PCJ); f) Manual da Política de Mananciais (MPM); g) Site da Agência de Bacias PCJ. (3) Política de Mananciais: Editais e II Workshop da Política de Mananciais Agência de Bacias PCJ. (4) Planos de Macrodrenagem – estratégias e métodos para cálculos das práticas conservacionistas e seus impactos na área de contribuição da bacia Petrus Weel / Isabella de Clerice (IAC) / Pesquisadores do IPT. (5) Plano de Manejo da APA Cantareira e a Política de Mananciais / Plano de Bacias Estratégias de fortalecimento e execução e ampliação do diálogo com os municípios e com os gestores e conselhos das UCs. João Demarchi / Cristiano Krepsky. (6) Discussões e comentários / Palavra Aberta para outros assuntos. (7) Encerramento.
Conclusões e Encaminhamentos:	O secretário do grupo do GT-Mananciais, Sr. João Demarchi (IZ/APTA) iniciou a reunião e agradeceu a presença de todos e passou para os informes e atividades de secretaria. O Sr. Demarchi informou aos presentes sobre o envio da minuta de memória técnica da 51ª Reunião do GT-Mananciais realizada em 04/06/21 e colocou-a para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. Quanto aos Informes, o Sr. Demarchi informou: a) sobre a escrita, por integrantes deste GT e da Assessoria Ambiental da Agência PCJ, de um artigo avaliando a Política de Proteção aos Mananciais das Bacias PCJ em relação à Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA) a ser submetido no XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos; b) que está em andamento

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 52ª Reunião do GT-Mananciais

o processo de financiamento, por parte da cobrança estadual pelo uso dos recursos hídricos, de substituição de fossas sépticas para o saneamento rural. O Sr. João Baraldi (coordenador da CT-Rural) informou que os municípios têm até o mês de julho para apresentar demandas finais para atendimento do edital; c) convidou a todos a acompanhar e participarem do III Sustentare & VI WIPIS que acontecerá entre os dias 16 e 18 de novembro; d) convidou a todos a participar também do VI Workshop de Águas Subterrâneas da CT-AS que acontecerá em outubro abordando o tema “Recarga de Aquíferos” buscando a integração da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas com a Política de Mananciais das Bacias PCJ; e) o GT-Áreas Protegidas está acompanhando o processo de contratação de empresa para o desenvolvimento de ações relacionadas à elaboração dos Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado pelos municípios das Bacias PCJ. A Srta. Marina Barbosa (Agência PCJ) informou que a proposta era o chamamento público no novo formato solicitado pela ANA, mas que o processo está em análise interna ainda havendo a possibilidade de encaminhar por meio de licitação; f) foi cogitado o desenvolvimento de um manual específico da Política de Mananciais PCJ, pela Agência PCJ, para servir como referência para os técnicos que se candidatarem para receber recursos no contexto do desenvolvimento de ações tangentes à Política de Mananciais PCJ. Seriam orientações mais específicas e relacionadas à estruturação das ações, além do conteúdo dos editais; g) Marina Barbosa (Agência PCJ) ainda informou que o sítio eletrônico da Agência PCJ voltou ao ar após um período de instabilidade por conta de questões técnicas relacionadas à indisponibilidade dos servidores (estrutura de TI) da Agência PCJ; h) o Sr. Demarchi informou que foi convidado para participar do GT-PSA do CBH Afluentes do Rio Paranaíba (DF) a ser realizado no dia 15/07 para apresentar o trabalho de elaboração e implementação da Política de Mananciais nas Bacias PCJ; i) Demarchi informou ainda que técnicos da empresa Imaflora entrevistaram a coordenação do GT-Mananciais para avaliar a implementação da Política de Mananciais, a pedido da ONG SOS Mata Atlântica, parceira do programa. Quanto ao item 3, a Srta. Marina Barbosa (Agência PCJ) apresentou a situação dos editais da Política de Mananciais, onde informou que o edital para PSA foi deserto pelo pouco tempo aberto por conta de requisitos de prazo disponibilizado pelo FEHIDRO. Informou que como foi a primeira vez que a Agência abriu um Edital para PSA no formato da Cobrança Paulista, atrelado aos prazos de aprovação dos demais instrumentos relacionados e dependentes – PA/PI, PAP, POA, PTA e também à necessidade de mobilização e estruturação institucional, diretamente ligados às renovações de gestão e às restrições COVID-19, o resultado é plenamente justificável. Existe demanda dos municípios para este tipo de Edital, o que é observado no trabalho de mobilização e esclarecimento aos novos gestores sobre a demanda priorizada, em curso contínuo pela Assessoria Ambiental da Agência PCJ. A proposta é que para que os próximos anos, sejam lançados sempre no mesmo período. Já no edital referente ao financiamento de PIPs - Cobrança PCJ Federal, que estará aberto até o dia 31 de agosto, informou que já foi identificada e também sinalizada pelos municípios, a dificuldade de para mobilizar produtores em campo por conta da situação de distanciamento social, mas, os mesmos irão trabalhar conforme as possibilidades visando o protocolo no prazo. O Sr. Miguel Milinski (DAAE e PM de Rio Claro) solicitou a dilatação do prazo dos editais por conta da situação pandêmica. A Srta. Marina informou que essa proposta precisa ser formalizada, mas que demanda análise pela SE dos Comitês PCJ, por conta de se tratar de uma deliberação. Quanto ao item 4, o Sr. Petrus (Cooperativas de Holambra) apresentou

011.04.02.006

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 52ª Reunião do GT-Mananciais

	sobre o andamento da elaboração do Plano de Macrodrenagem do Rio Jundiá, onde apresentou propostas de melhoria como instituição de legislações como restrição de construção em áreas com riscos de inundação, implantação de sistema de monitoramento, implantação de estruturas de retenção de água em estradas rurais, implantação de sistemas de saneamento rural com apoio da FUNASA, elaboração de PIPs das propriedades rurais e de obras de conservação do solo. Apresentou também o mapa da Bacia do Rio Jundiá, mostrando o potencial de conservação e retenção de águas na sub-bacia das cabeceiras do Rio Jundiá. A Sra. Claudia Grabher (INEVAT) apresentou sobre o conflito com os agentes públicos que desejam instalar obras de resultado aparente rápido em detrimento a medidas mais espalhadas nos territórios e que garantem a retenção da água nas áreas naturais. Apresentou a importância de entender que infraestruturas do tipo cinza e verde podem ocorrer tanto na zona urbana como na rural e assim, cada zona deve ser foco de uma análise abrangente e integrada. A Sra. Isabella C. de Maria (IAC) falou sobre os riscos da ocupação urbana de áreas de várzeas e os problemas causados por precipitações de grandes proporções que causam alagamentos na região do Rio Jundiá. Explicou também a necessidade de realizar mais estudos para determinar boas ações de controle das cheias. A Srta. Marina Barbosa (Agência PCJ) explicou que estão sendo estudados pela Agência PCJ propostas de ampliação do estudo, mas que dependerá de recursos a ser disponibilizado conforme priorização do Plano de Bacias ou então na busca de parcerias com outras instituições e que o grupo deve se articular e apresentar proposta, conforme recomendado pelo Diretor-Presidente da Agência, que dialogou anteriormente sobre a questão com o grupo. O Sr. Miguel Milinski (DAAE e PM de Rio Claro) reforçou a necessidade do cuidado das estradas rurais e relatou sobre os problemas elencados pelos estudos do impacto das inundações conforme o tempo de retorno das chuvas. Como encaminhamento, foi discutido a possibilidade de solicitar junto à empresa contratada uma apresentação do produto final do Plano de Macrodrenagem do Rio Jundiá. Quanto ao item 5, o Sr. Demarchi apresentou a situação sobre as discussões iniciadas pelos prefeitos dos municípios abrangidos pela APA Cantareira contra o seu Plano de Manejo recentemente publicado, o que tem colocado alguns atores das Bacias PCJ temerosos por retrocesso no projeto. O Sr. Demarchi informou que estão sendo refletidas sobre algumas ações como moção dos Comitês PCJ, que é um instrumento possível, mas de grande complexidade de ser viabilizada num espaço participativo como os Comitês PCJ, mas que ações de divulgação da situação e mobilização de outros agentes das Bacias para a questão. Quanto ao item 6, não houve outros assuntos em discussão.
Próxima reunião:	53ª Reunião do GT-Mananciais - 13/08/2021, às 9h30.
Observações:	Site do XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos - link Site do III Sustentare & VI WIPIS – link Notícia Agência PCJ sobre estudo do Plano de Macrodrenagem do Rio Jundiá - link Folder sobre estudo do Plano de Macrodrenagem do Rio Jundiá - link
Responsável pela redação:	Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Participantes – Nome completo (Entidade)

1	João Primo Baraldi (Associação Vale Verde)	15	João Primo Baraldi (Sindicato Rural de Campinas)
---	--	----	--

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 52ª Reunião do GT-Mananciais

2	Denis Herisson Silva (CDRS)	16	João Primo Baraldi (Sindicato Rural de Rio Claro)
3	Petrus Bartholomeus Weel (Cooperativa de Holambra)	17	João Primo Baraldi (Sindicato Rural de Salto)
4	Miguel M. Milinski (DAAE - Rio Claro)	18	Bruno Aranda (Agência das Bacias PCJ)
5	Maria Carolina Hertel Dutra Simões (DAE S/A - Jundiaí)	19	Tiago Georgette (Agência das Bacias PCJ)
6	Cláudia Grabher (INEVAT)	20	Fábio Coca (Agência das Bacias PCJ)
7	João José A. de Abreu Demarchi (IZ/APTA/SAA)	21	Ivan Gerdzijauskas (Agência das Bacias PCJ)
8	Simone R. Oliveira (IZ/APTA/SAA)	22	Kaique Barretto (Agência das Bacias PCJ)
9	Luiza Ishikawa Ferreira (Jagatibaia)	23	Marina Barbosa (Agência das Bacias PCJ)
10	Miguel Madalena Milinski (Prefeitura Municipal de Rio Claro)	24	Felipe Requena (Agência das Bacias PCJ)
11	Denis Herisson Silva (SAA)	25	André Luiz Xavier de Macedo Barreto (Casa da Agricultura de Nova Odessa. CDRS, SAA-SP)
12	André Luiz Xavier Macedo Barreto (SAA - Nova Odessa)	26	
13	Ana Lúcia F. R. Vieira (SANASA/CT-EA)	27	
14	Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (SIMA)	28	